VII SEDRES
Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade

Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

A FINANCEIRIZAÇÃO E OS SEUS REFLEXOS SOBRE GRANDES GRUPOS TÊXTEIS DE BLUMENAU E BRUSQUE

FINANCIALIZATION AND ITS REFLEXES ON LARGE GROUPS TEXTILES FROM BLUMENAU AND BRUSQUE

Vanessa Follmann Jurgenfeld[1]

RESUMO: Este artigo analisa a financeirização de grandes empresas têxteis selecionadas de Blumenau e Brusque, principais cidades do Vale do Itajaí (SC), conhecido reduto do setor têxtil nacional. Os dados estatísticos percorrem entre o fim dos anos 1990 até 2021. Para dar conta do seu objetivo, o artigo está dividido em quatro seções. Na primeira, há uma abordagem da financeirização mundial. Na segunda, discute-se o lugar do Brasil nesta financeirização. Na terceira, algumas das principais transformações no setor têxtil brasileiro e as modificações do setor têxtil catarinense no contexto da financeirização. Por fim, são analisadas as mudanças na composição acionária das empresas Hering, Cremer, Teka e Buettner como parte do processo de financeirização.
PALAVRAS-CHAVE: financeirização; indústria têxtil; estrutura acionária; Santa Catarina

ABSTRACT: This article analyzes financialization of selected large textile companies in Blumenau and Brusque, the main cities of Vale do Itajaí (SC), a well-known stronghold of the national textile sector. Statistical data ranges from the end of the 1990s to 2021. To achieve its objective, the article is divided into five sections. In the first, it is about punctuating an interpretation of global financialization. In the second, the place of Brazil in this financialization is discussed. The third session deals with the main transformations in the Brazilian textile sector and the changes in the Santa Catarina. Finally, changes in the shareholding structure of Hering, Cremer, Teka and Buettner are analyzed.
KEYWORDS: financialization; textile industry; stock structure; Santa Catarina

1. Aspectos da financeirização mundial

[1] Professora da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, campus de Marília (SP). E-mail: vfollmann@hotmail.com. Esta pesquisa, em parte, contou com financiamento do CNPq durante período de estudos do mestrado.

O capital financeiro foi entendido tanto por Hobson (1908) quanto por Hilferding (1910), na transição do século XIX para o XX, como a fusão dos interesses do capital industrial com o bancário, sob o domínio do segundo, de modo que esta associação proporcionaria a expansão do grande capital monopolista no mundo[2]. O capital financeiro, portanto, não é essencialmente uma novidade dos tempos atuais, mas há entre o fim dos anos 1960 e início dos anos 1970 seu predomínio em meio às mudanças do capitalismo global, como pontuado por Chesnais (1994).

O avanço do capital financeiro não pode ser dissociado das contradições do modo de produção capitalista, como a superprodução e o sobreinvestimento. Sua expansão se dá mais detidamente a partir da liberalização do fluxo de capitais após a Segunda Guerra Mundial e em razão das consequências da crise de superprodução, como a queda das taxas de lucros no setor produtivo dos países centrais. Ao mesmo tempo, a formação dos Euromercados, mercado de títulos em dólares fora dos Estados Unidos, logo depois do fim da Segunda Guerra Mundial, possibilitou novas formas de valorização puramente financeiras, sendo estas consideradas por Chesnais "o primeiro elo no nascimento dos todo-poderosos mercados financeiros de hoje" (CHESNAIS, 1994, p. 251).

Tratou-se de um período de aumento da oligopolização e da monopolização no mundo, mesmo que o capital estivesse mais espraiado geograficamente. Houve, a partir das alterações estruturais da economia mundial, uma maior homogeneização dos espaços (heterogêneos e desiguais) sob a lógica de poucos capitalistas, de modo que a dinâmica do capitalismo compreenderia desde então várias estruturas monopólicas e oligopólicas, com implicações sobre o padrão de concorrência de vários setores (BRANDÃO, 2007; TAVARES, 1998).

As possibilidades de transnacionalização e de financeirização do capital se abriram ainda mais com o fim dos acordos de Bretton Woods, em 1971, principalmente, quando houve uma

[2] Outro autor importante neste tema foi Lenin ([1917] 2021).

forte desregulamentação dos mercados. A grande empresa capitalista direcionava-se para uma internacionalização do tipo multimercado e multimoeda, o que significava que, aliada a uma maior mobilidade do capital financeiro, faria a "relocalização" espacial e uma intensa centralização do capital em escala mundial (BELLUZZO, 2005).

No campo produtivo, as subsidiárias passarão a estar cada vez mais espalhadas por diferentes países sob comando da matriz, localizada nos países centrais. Com a ajuda do avanço nos transportes, telecomunicações e microeletrônica, a matriz manteria os negócios, mesmo que geograficamente distantes, sob seu controle.

Essas transformações também serão decorrentes da adoção da produção flexível, uma nova forma de produzir em substituição à produção em massa. Ao se transformar nesta direção, a grande empresa conseguiria, com mais facilidade, se mover pelo globo, buscando áreas geográficas que mais lhe interessassem em termos de maior lucratividade na esfera produtiva e de circulação do capital[3], podendo recolher seus planos rapidamente quando estes não atendiam suficientemente o patamar de lucros requeridos por seus acionistas.

Essa flexibilização na produção, nas relações de trabalho e na "relocalização" das atividades produtivas ajudaria na financeirização dos grandes grupos, porque também seria representativa da abreviação do ciclo de reprodução do capital, atendendo aos anseios do capital financeiro, que exigiria ativos cada vez mais líquidos no ramo industrial[4]. As empresas

[3] Deve-se ressaltar, porém, que a esfera financeira não cria valor e se alimenta da riqueza gerada pelo investimento e pela mobilização da mão de obra (CHESNAIS, 1994).

[4] Sobre essa tendência, Harvey (2005, p.148) destacou que "quanto mais uma indústria depende de equipamentos de vida relativamente longa – ou seja, capital fixo e imobilizado -, menos facilmente essa indústria poderá se transferir sem desvalorização". Por isso, a busca das corporações no contexto da financeirização mundial passava a ser por ter uma estrutura produtiva de menor capital imobilizado possível, o que envolveria, por exemplo, ampliar terceirizações da produção.

passarão a terceirizar produções, e haverá uma tendência à quarteirização, que ficará mais evidente anos depois.

Entre os atores dessas finanças liberalizadas estarão não apenas os bancos, mas os fundos de investimentos e os fundos de pensão, as seguradoras e demais empresas financeiras, que começaram a ampliar a sua participação no capital da grande empresa produtiva. Estes novos sócios terão desde então um duplo poder: o de proprietários do capital industrial e o de também credores do setor industrial. Deste modo, interferirão nas estratégias da direção da empresa, influenciando decisões importantes.

A grande corporação capitalista tornou-se, assim, um ator-chave na financeirização global principalmente a partir dos anos 1960 e 1970[5]. Com o passar dos anos, ficará cada vez mais difícil distinguir o que é uma empresa industrial de fato, uma vez que as maiores corporações do mundo certamente conseguirão uma grande parcela dos lucros das suas atividades financeiras, por meio de aplicações rentistas, por exemplo, na compra e venda de títulos no mercado financeiro, instrumentos derivativos, entre outros.

2. Algumas mudanças no Brasil com a financeirização

As mudanças do capitalismo pós-1960 e sobretudo nos anos 1970 terão reflexos específicos nas economias periféricas, pelo alargamento do espaço econômico do centro e pelas inserções distintas da periferia, que determinarão o deslocamento das cadeias produtivas, redefinindo e ampliando os fluxos de comércio (BELLUZZO, 2005).

A periferia e o centro serão inseridos na dinâmica capitalista de maneira diferenciada porque isso é um pressuposto do capitalismo, pois este tem como parte do seu modo de operar

[5] Sobre o papel das corporações, recomenda-se Braga (1997).

o desenvolvimento geograficamente desigual e combinado. Neste sentido, não é demais lembrar que as novas áreas geográficas farão parte de uma espacialização complexa: haverá uma uniformidade dos espaços no sentido de que se integrarão ao processo de acumulação do capital, mas será justamente essa uniformidade sob a lógica do capital que levará à diferenciação desses mesmos espaços (SOJA, 1989; BRANDÃO, 2007). Isto é, cada área geográfica será moldada para se articular com aquilo que fará sentido para os interesses do capital.

Neste sentido, etapas produtivas de diferentes intensidades tecnológicas se darão em regiões diferentes do globo; algumas regiões serão eleitas como áreas privilegiadas para o rentismo; e outras regiões sequer serão eleitas pelo capital, ficando à margem dessas transformações.

O fim dos anos 1970 trarão mais elementos para essa financeirização. O caos que o ajuste norte-americano[6] para retomada de sua hegemonia[7] a partir de 1979 (aumento dos juros e valorização cambial) estabelecerá no sistema financeiro internacional trará consequências para o aumento da dívida externa dos países subdesenvolvidos e, certamente, sobre a elevação do risco sistêmico mundial. O Brasil registrará nos anos 1980 o que se convencionou chamar na literatura econômica de "década perdida", dado o avanço do seu endividamento externo, as necessidades de financiamento deste endividamento e o recuo nos investimentos da economia, levando a uma crise importante, com o país recorrendo em 1982 a um empréstimo do Fundo Monetário Internacional (FMI).

[6] O ajuste americano iniciou com a subida da taxa de juros no fim de 1979. Em seguida, os Estados Unidos decidiram desvalorizar sua moeda combinada com uma política fiscal contracionista, atraindo fluxos de recursos. Em contrapartida, os países periféricos perderam recursos e tiveram suas dívidas em dólar elevadas em patamares extremos devido à desvalorização da moeda americana, adentrando a América Latina na chamada crise da dívida (CARNEIRO, 2002).

[7] Ver: Tavares (1997).

O crescimento do PIB brasileiro que entre 1970 e 1980 foi de uma média anual de 8,7%, entre os anos 1980-1989 cairia para 2,2% (CANO, 2008). Neste período, a partir da segunda metade dos anos 1980 já era constatado que o país vivia uma perda de importância da indústria no seu crescimento, a chamada desindustrialização relativa (CANO, 2014), com diminuição de investimentos produtivos inclusive do setor têxtil, redução de exportação e de importância na criação de empregos, entre outros fatores.

Entre 1989 e 1990, com adesão às ideias do Consenso de Washington[8] e a abertura comercial, produtiva e financeira do Brasil oficialmente iniciada, houve entrada maciça de capital estrangeiro, incluindo fundos de investimentos internacionais, atraídos pela desregulamentação e liberalização dos mercados. Além disso, foram atraídos pelas altas taxas de juros, que aumentavam as oportunidades de aplicação rentista na comparação com as aplicações em outros países. O contexto também favoreceu o interesse do rentista estrangeiro nas privatizações de ativos estatais de grande importância no país, vendidas a baixos valores, abaixo muitas vezes do que valiam.

A interpretação neoliberal veiculada dentro do país, sobretudo, no início dos anos 1990, era a de que a proteção do setor industrial de anos anteriores havia gerado uma estrutura produtiva ineficiente com muita diversificação, mas pouca competitividade internacional. Assim, a abertura econômica, promovida pelo governo de Fernando Collor de Mello, contestaria as empresas mais deficitárias nacionais e promoveria as mais eficientes, indicando que a concorrência seria supostamente o motor primordial de um "novo modelo de crescimento" do país, que ampliaria a produtividade.

O discurso neoliberal (e sem correspondência à realidade dos fatos) era de que a abertura econômica seria uma via de mão dupla: ao mesmo tempo que levaria a uma maior concorrência

[8] Sobre Consenso de Washington, recomenda-se Batista (1994).

nos mercados locais, ela também permitiria acesso aos mercados externos[9], e isso ajudaria o consumidor brasileiro no sentido dos preços mais baixos dos produtos finais e maiores possibilidades de escolha de mercadorias. No entanto, outros problemas eram, de certo modo, desconsiderados, como a valorização cambial, que limitaria o acesso das empresas brasileiras à maquinaria dos mercados internacionais, importante elemento para aprimorar seus parques industriais e melhor competir com a avalanche de importados que desde então disputariam o mercado nacional.

O Plano Real, implementado no primeiro em 1994, no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), apesar dos seus avanços no sentido do controle da inflação em relação a planos anteriores, atrelou a economia brasileira à uma moeda nacional valorizada em relação ao dólar e à manutenção de juros altos para ser atrativa a aplicadores estrangeiros, ampliando assim a sua vulnerabilidade externa. Posteriormente, em 1999, já no segundo governo FHC, com a instituição do regime de metas de inflação, câmbio flutuante e superávit primário[10], igualmente o Brasil manteve suas taxas de juros altas, entre as maiores taxas reais do mundo, ainda que menores do que as observadas nos primeiros anos do Plano Real[11].

A primeira década dos anos 2000, com o fim do governo FHC e os dois governos de Luiz Inácio Lula da Silva, representou uma continuidade da agenda neoliberal. Ainda que não tenham sido idênticos em outras políticas, porém ambos os governos mantiveram o mesmo regime macroeconômico ortodoxo, e o importante processo de desindustrialização relativa[12].

---

[9] Autores como Edmar Bacha eram defensores da abertura econômica como suposta indutora do desenvolvimento econômico naquela época e seguem achando que o país deve promover mais abertura. Ver: https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/12/02/abrir-a-economia-e-fundamental-para-voltar-a-crescer-diz-edmar-bacha.ghtml.

[10] Estes três elementos passaram a constituir o que foi denominado tripé macroeconômico.

[11] Excederia os limites deste artigo desenvolver todos os aspectos do Plano Real. Recomenda-se, aos que quiserem se aprofundar, a leitura de Filgueiras (2000).

[12] Sobre as críticas à política macroeconômica dos governos Lula, recomenda-se a leitura de Sampaio Jr (2017).

3. Grandes grupos têxteis de Santa Catarina no processo de financeirização

Os efeitos dessas transformações desde os anos 1960 serão importantes para o setor têxtil de Santa Catarina. Durante os anos 1960 e 1970, os grupos têxteis de Santa Catarina viviam um crescimento importante, com diversificação produtiva e passando a exportar mais[13]. As empresas começavam a atuar em outros setores, como o agrícola, e realizavam uma busca de locais de custos mais baixos de produção para sua expansão espacial dentro do país. O Nordeste brasileiro foi apropriado como uma "nova" área de produção têxtil para várias empresas do Sul, por meio de incentivos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)[14].

Neste contexto de ampliação das suas atividades, com criação de novos espaços de acumulação, se dará uma maior relação do capital industrial com o capital financeiro. Para financiar a sua expansão, as empresas têxteis catarinenses recorrerão a recursos de bolsa de valores. Elas já haviam adentrado à Bolsa enquanto sociedades anônimas de capital fechado a partir dos anos 1930 até meados dos 1960 (dependendo do grupo), mas neste período de crescimento dos negócios resolveram abrir capital com emissão de ações. Isso ocorreu com a Hering e Teka, em 1966, com a Buettner em 1969, e, em 1974, com a Cremer.

Havia por parte do governo federal uma política de estímulos fiscais às aplicações em ações e à abertura de capital das empresas em geral. Nos anos 1970, "o mercado de capitais tornou-se, assim, eufórico, através da especulação realizada com ações de empresas já

[13] Em 1972, a política do governo federal de incentivo às exportações, chamada de Benefícios Fiscais à Exportação (Befiex), permitiu novos avanços. Este plano concedia reduções de imposto de renda, isenções de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), crédito-prêmio, dentre outros incentivos no âmbito do I Plano de Desenvolvimento Nacional (PND) (SIEBERT, 2006).

[14] A SUDENE, criada em 1959, em seu I Plano Diretor, de 1961, dava desconto de 50% no Imposto de Renda para empresas que investissem no Nordeste. Ver:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3995.htm#:~:text=LEI%20No%203.995%2C%20DE,1961%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias.

existentes, dos lançamentos de novas ações e, mais recentemente, com a intensificação do processo de abertura de empresas" (TAVARES, 1974, p. 242).

Para as empresas brasileiras em geral, explica Tavares (1974), por um lado, a vantagem era uma captação de recursos mais barata do que se pegassem crédito nos bancos. De outro lado, a contrapartida é que a valorização das ações as fazia cada vez mais dependentes do capital financeiro para seu processo de acumulação, aumentando seus riscos, pois possuíam a partir de então o compromisso de pagamento de dividendos para os seus muitos novos acionistas.

Na década de 1970, conforme Tavares (1974), já era possível observar um acentuado processo de especulação financeira em geral no Brasil. Isso significa que ocorriam oscilações importantes nos preços das ações deslocadas da realidade dos negócios.

A busca pela abertura de capital e, consequentemente, pelos recursos de aplicadores, também era uma forma de as empresas brasileiras se adaptarem às novas regras do jogo mundial, guiado pela financeirização em larga escala. Ao dependerem mais do capital financeiro, contudo, as empresas subordinavam suas operações comerciais e industriais a uma gama de aplicadores do setor financeiro.

Ao mesmo tempo que aumentavam a financeirização, também as têxteis catarinenses reorganizavam a produção têxtil com desintegração das etapas de fabricação, incluindo uma expansão da atividade têxtil para fora das cidades nas quais originaram seus negócios.

No setor têxtil brasileiro como um todo, este foi um período de investimento e crescimento forte, pelo menos até 1975, especialmente quando ainda também se tratava de uma fase de crescimento, de maneira geral, da economia nacional. Mas logo o setor se depararia com a crise econômica dos anos 1980. Nesta outra década, alguns autores entendem que o efeito negativo sobre o setor veio da irregularidade do consumo interno provocada pelas oscilações

nas taxas de crescimento da renda (HAGUENAUER, 1990; MACARINI e BIASOTO, 1985; COUTINHO e FERRAZ, 1995).

Para um melhor entendimento de como os anos 1980 atingem em cheio o setor, é importante a consideração de Tavares (1972), que explica que o setor de bens-salário (que inclui o têxtil) tem um comportamento particular diante dos ciclos da economia brasileira. Ele depende da taxa de crescimento do emprego e dos salários porque atende, em grande medida, ao mercado com baixo poder de compra unitário. No auge do ciclo de acumulação, portanto, possui forte demanda, mas, na reversão do ciclo, também acompanha a queda, não sendo capaz de se manter em direção diferente da economia como um todo, sendo arrastada por ela. Não se trata de um setor dinâmico, uma vez que seus efeitos de encadeamento interindustrial são baixos sobre o setor de bens de produção, assim como sua capacidade de gerar seu próprio mercado por meio de emprego e efeitos intrasetoriais.

Para se ter uma ideia dos efeitos quantitativos da crise dos anos 1980, este ramo industrial representava, em 1970, 9,2% do Valor de Transformação Industrial (VTI) brasileira, caindo para pouco mais de 7% em 1975. Em 1985, sua participação ficaria em 6,2% (HAGUENAUER, 1990).

Diversas pesquisas sobre o setor têxtil catarinense[15] já mostraram que após a abertura econômica do país houve perda de competitividade diante da concorrência do produto importado no próprio mercado nacional e uma deterioração das finanças de várias empresas que haviam se endividado em dólar e desde então enfrentavam uma nova realidade cambial, dada pela valorização do dólar ante o real, e posteriormente pelo câmbio flutuante (a partir de 1998), e por momentos de ruptura repentina de valorização cambial.

Entre a metade dos anos 1980 e nos anos 1990, é possível afirmar que as grandes empresas têxteis do país de ampla estrutura produtiva já estavam, de alguma maneira,

[15] Entre esses estudos, recomenda-se Lins (2000) e Magheli (2001).

"amarradas" ao capital financeiro e decidiram se desfazer de alguns ativos fixos, como fábricas, propriedades rurais, entre outros, e começavam a focar em sua principal atividade, deixando a atuação em tantos setores distintos.

Como exemplo, em 1997, o grupo Hering - que estava descapitalizado - optou por vender a Ceval, muito relacionada ao ramo da soja, ao então grupo argentino Bunge (que depois se tornou o grupo Cargill). A venda da Ceval, por valores não revelados, ajudou a Hering a administrar nos anos 1990 uma de suas piores crises. O mesmo havia ocorrido com a Teka, que vendeu suas operações de grãos, na segunda metade dos anos 1980, também para a Bunge.

Nos anos 1990, a intenção era fazer caixa e focar no ganho de escala para serem mais competitivas em relação ao produto importado têxtil que agora adentraria sem muitas barreiras em sua principal área de atuação.

3.1. Os novos sócios

Durante essas transformações, observam-se mudanças na composição acionária das grandes empresas têxteis selecionadas nesta pesquisa: Hering, Buettner, Teka e Cremer [16].

Todas essas empresas têm em comum o fato de que nasceram pequenas, com poucos sócios, geralmente imigrantes europeus. Além disso, todas são originárias das cidades de Blumenau (SC) ou Brusque (SC)[17] e estiveram entre as 100 maiores empresas têxteis do país em 1985, sendo duas delas - Hering e Cremer –, inclusive, parte do grupo das 300 maiores empresas do país, considerando diversos ramos, em 1985[18].

[16] As grandes empresas foram classificadas nesta pesquisa como as que possuem mais de 500 funcionários e com capital aberto em bolsa.
[17] Sobre essa origem, são importantes os estudos de: Mamigonian (1965); Seyferth (1974), Theis et. al. (2000) e Siebert (2006).
[18] Ver: Balanço Anual, ano IV, n. 4, 22 set 1980 e Balanço Anual, Ano IX, n. 9, 31 jul. 1985.

O período de análise dos dados da composição acionária se inicia no fim da década de 1990[19] e vai até 2021. As informações das fatias das famílias fundadoras nas ações ordinárias (ON), que são as com direito a voto, foram separadas da participação dos demais acionistas, a fim de permitir um bom entendimento das mudanças do controle do negócio[20].

3.1.1. Hering

A Hering foi criada em 1880 em Blumenau por imigrantes alemães. Em 1998, a Cia Hering, empresa que controlava os negócios da Hering e representava seus fundadores, detinha uma participação de 81,26% das ações ordinárias ON. A Cia Hering representava a união das ações da Inpasa, Ivo Hering (membro da família fundadora) e da empresa IPE Investimentos e Participações. Anos depois, essas empresas foram desmembradas. Nos anos 2000, nota-se que a fatia representativa do capital da família caiu significativamente e passou a 45,46%, praticamente a metade do que havia no fim dos anos 1990. Ao mesmo tempo que ocorreu a redução da fatia dos acionistas fundadores até então controladores do negócio, houve ampliação da fatia dos acionistas denominados "outros" (acionistas minoritários), cujos nomes não são revelados por conta de legislação que não obriga que os detentores de menos de 5% do capital tenham seus nomes expostos. Em 2000, os acionistas "outros" já detinham a impressionante marca de 48,79% das ações ordinárias. Isso significa que o controle acionário passou a ser detido pelo mercado financeiro, uma vez que superava a fatia da família.

Em 2007, a Hering aderiu ao Novo Mercado, uma classificação de governança corporativa da Bovespa, de modo que as suas ações passaram a ser todas do tipo ordinárias. Em 2008, houve

[19] A data inicial da pesquisa de dados é limitada pela própria Bolsa de Valores, hoje denominada B3. Para algumas empresas, a Bolsa possui informações a partir de 1997, enquanto para outras somente a partir de 1998.
[20] Exceto no caso da Cremer. Nesta empresa, não havia família fundadora nos anos 1990 mais entre acionistas (JURGENFELD, 2012).

a entrada quatro novos acionistas com fatias significativas, todos representantes do mercado financeiro, na forma de fundos: o Tarpon; HSBC Global Investment Fund; o Federated Kaufamann Fund, que é um fundo estrangeiro, e um fundo cuja denominação se dá em várias letras THE M T B O J T F H BR MOT FD. Somando as fatias desses 4 fundos, eles possuíam em 2008, 41,18% do capital acionário total da Hering. Quando se adiciona a participação dos minoritários, que detinham, em 2008, 37,45% das ações, nota-se que os acionistas do mercado financeiro passaram a deter mais de 70% do negócio[21].

Tabela 1. Distribuição das ações ordinárias da Hering (em %)

Acionistas	1998	2000	2005	2008	2010	2015	mai/21	set/21
Família Hering								
Cia Hering	81,26							
Inpasa		22,76	22,76	9,08	9	7,3	6,8	
Ivo Hering		15,27	15,21	7,26	7,2	7,2	7,2	
Ipe Inv e participações		7,43	7,43					
Total da família	**81,26**	**45,46**	**45,4**	**16,34**	**16,2**	14,5	**14**	
Demais acionistas								
Cidade Maravilhosa Ind e Com de Roupas								97,4
Ações em tesouraria						1,8	4,2	2,6
Caixa Previdência Func Banco do Brasil	16,72	5,75	5,75					
Tarpon				18,37	6			
HSBC Global Investment Fund Ltd				11,23	5,9			
Federated Kaufamann Fund				4,99	4,5			
THE M T B O J T F H BR MOT FD				6,59				
Amundi Asset Management					5			

[21] Este é um processo que o mercado costuma denominar "pulverização" do controle. Deve-se notar que a Hering parecia se preparar para isso: em 2007 passou a fazer parte do segmento Novo Mercado, na então Bovespa, um segmento da bolsa ainda mais atrativo aos acionistas do mercado financeiro, pois exige a adoção de regras societárias dão maiores direitos aos acionistas e maior transparência, o que inclui divulgação de políticas e inclusão de estruturas de fiscalização e controle. Ver: https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/segmentos-de-listagem/novo-mercado/.

Coronation Fund Managers						15,1		
Templeton Asset Management, Ltd						5,2		
First State Investments						5,1		
Gavea Investimentos						5,3		
Cambuhy Investimentos Ltda.						6,1		
Target Investment Fund					4,8			
Atmos Capital gestão de recursos Ltda							12,6	
Verde Asset Management S.A.							7,2	
Velt Partners Investimentos Ltda.							7,6	
Outros	2,02	48,79	48,85	37,45	57,6	46,9	54,4	
Total	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**

Fonte: Jurgenfeld (2012) e Economática (para os anos 2015 e 2021)

Em 2010, as ações trocaram de mãos entre os representantes do mercado financeiro, enquanto a fatia dos antigos controladores, representantes da família Hering, seguiu em queda, chegando a 16,2%. Somente os fundos (Tarpon, HSBC, Federated Kaufamann Fund, THE M T B O J T F H BR MOT FD, Amundi Asset Management e Target Investment Fund) passaram a deter uma fatia de 26,2%, em conjunto, enquanto as ações dos membros da família Hering somavam somente 16,2% (JURGENFELD, 2012; 2018).

Em abril de 2021, a Hering anunciou sua venda para o grupo Soma, por R$ 5,1 bilhões, passando a ser subsidiária deste grupo, que foi fundador da marca de moda Animale[22]. Em 2022, foi deferido pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) o pedido de fechamento do capital da Hering em bolsa. O grupo Soma, no início de 2024, fechou um acordo de fusão com a Arezzo Co, e criaram a AZZAS 2154 S/A[23]. Ainda que tenha sido adquirida pelo Soma, segue à frente da gestão da Hering um membro da família Hering, bem como a família preside o Conselho de Administração.

[22] Ver: https://valor.globo.com/empresas/noticia/2021/04/26/grupo-soma-compra-cia-hering.ghtml.

[23] Ver: https://www.infomoney.com.br/business/arezzo-vai-se-chamar-azzas-2154-apos-fusao-com-grupo-soma/#:~:text=A%20holding%20que%20vai%20surgir,S.A.%20para%20Azzas%202154%20S.A.

3.1.2. Teka

A Tecelagem Kuehnrich (Teka) foi fundada por Paul Fritz Kuehnrich, em 1926, em Blumenau. Nos anos 1990, diante da crise do setor, ainda não se observa a entrada de acionistas do mercado financeiro tanto quanto ocorreria nos anos 2000 (Tabela 2).

Tabela 2. Distribuição das ações ordinárias da Teka (em %)

Acionistas	1997	2000	2005	2008	2010	2021
Familia Kuehnrich						
Montecarlo Participações e Serviços S/A	84,48	84,48	84,6	84,6	84,6	87,4
Cell Participações e Administração Ltda			0,8	0,8	0,8	0,6
RMMF Participações						0,5
Total da família	**84,48**	**84,48**	**85,4**	**85,4**	**85,4**	**88,5**
Demais acionistas						
Administradora John Ltda	5,52	5,52	5,52	5,52		
Caixa de Prev. Funcionários BB			1,67	1,67	1,67	
Reskalla Tuma				3,88		
José Oswaldo Morales Jr.				1,34		
Outros	10	10	7,41	2,19	12,93	11,5
Total	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**

Fonte: Jurgenfeld (2012) e Economática (para o ano 2021).

Na análise da composição acionária, a família dos fundadores da Teka, os Kuehnrich, é representada por duas empresas: A Montecarlo e a Cell Participações. Na década de 2000, nota-se, pela primeira vez, a presença de fundos de investimento e de previdência na composição das suas ações ordinárias. Há a entrada do fundo de previdência do Banco do Brasil, o clube de investimento Sol, o fundo Pictet e Cie nos dados de 2005. Em 2008, nota-se também a presença adicional do fundo do UBS. Nota-se também o avanço da fatia denominada "outros",

representativa dos acionistas minoritários, que passaram de 10% em 1997 a 12,93% das ações ordinárias em 2010.

Apesar de algumas mudanças, de maneira geral, as empresas que representam os interesses da família Kuehnrich mantiveram ao longo dos anos analisados sua participação majoritária sempre em torno de 80%.

Em 2012, algumas mudanças importantes ocorreram. A Teka começou uma operação financeira por meio da qual pretendia fazer um aumento de capital de forma que pulverizasse as ações detidas pelos membros da família a outros acionistas que já fizessem parte do quadro societário (inclusive os fundos). Também pretendia fazer uma operação de aumento de capital com o fundo Global Emerging Market (GEM), que passaria a deter uma fatia minoritária nos negócios, além de ter contratado o Banco Bradesco como formador de mercado, uma espécie de "especulador" oficializado pela Bovespa para dar visibilidade aos papéis fazendo compra e venda de ações. A intenção da empresa era se capitalizar, com recursos mais baratos em bolsa do que o capital de giro de bancos[24].

A Teka não conseguiu fazer essa operação e em seguida entrou na Justiça com um pedido de recuperação judicial. Essa recuperação judicial foi homologada em outubro de 2013, quando uma Assembleia Geral de Credores aprovou o Plano de Recuperação Judicial. A recuperação, contudo, foi questionada judicialmente por meio de quatro recursos e 1 deles não julgado até hoje. Em 2024, o processo de recuperação judicial, portanto, seguia vigente[25] (PROPOSTA..., 30/04/2024) e o controle, nas mãos da família fundadora.

3.1.3. Cremer

[24] Ver: https://valor.globo.com/empresas/noticia/2012/03/09/teka-reestrutura-operacao-para-sair-do-prejuizo.ghtml.
[25] Esta documentação foi entregue à bolsa em abril de 2024.

Criada em 1935, também em Blumenau, a Cremer representa um caso particular dentro do grupo das têxteis analisadas neste artigo porque não há informações na Bolsa sobre a estrutura do seu capital anterior a 2005. Além deste detalhe estatístico, ela não tem mais os fundadores nem família dos fundadores dentre seus acionistas nos dados disponíveis. Além disso, é a única voltada a itens relacionados ao setor de saúde.

O fato interessante a notar é que a partir de 2005 seus negócios foram comprados por um *pool* de fundos de investimentos, dentre eles pelo menos um fundo da Merrill Lynch[26], instituição financeira que, aliás, ficou ainda mais conhecida como uma das primeiras a quebrar com a crise do subprime entre 2007 e 2008[27]. Sediada nos Estados Unidos, ela estava entra as donas da Cremer Holdings nos anos 2000, que era composta por: ML Global Private Equity Fund LP;Breckland Management Ltd; F.I International Ltd; SZS International Ltd. Até 2008, em conjunto, esses fundos detinham quase 100% do capital acionário da empresa[28].

Tabela 3. Distribuição das ações ordinárias da Cremer (em %)

Acionistas	2005	2008	2010	2014	2015	fev/16	mai/16	2018
Cm Hospitalar								88,5
Cremer Holdings LLC (EUA)	99,98	99,98						
Ações em tesouraria	0,01	0,01						
Guepardo Investimentos			5					
Poland FIA			10,6					
Aberdeen Assei Management PLC			10,4					
Hedging-Griffo Corretora de Valores S/A			10,8					
Tarpon Investimentos S/A			30,9					
Tarpon Gestora de Recursos S/A				95,9		94,6		
M&G Investment Management Limited			5,3					

[26] No ano de 2004 foi concluída a negociação que resultou na mudança do controle acionário e houve cancelamento do registro de companhia aberta da Cremer. Ou seja, antes de 2005 a Cremer chegou a ter ações em Bolsa de Valores, mas as informações desse histórico não estão disponíveis na Bolsa (JURGENFELD, 2012).

[27] Ver: https://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL414019-9356,00-MERRILL+LYNCH+E+O+BANCO+AMERICANO+MAIS+AFETADO+PELA+CRISE+DOS+SUBPRIME.html

[28] Assim como a Hering, como parte da financeirização, a Cremer passou a fazer parte do Novo Mercado em 2007.

Arapaima Particip S/A					96,1			
Tambaqui FIP Multestrategia							94,3	
Outros	0,01	0,01	27	4,1	3,9	5,4	5,7	11,5
Total	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Jurgenfeld (2012) e Economática (para os anos 2014 a 2018).

Ao assumir a Cremer em 2005, a Merrill Lynch abriu o seu capital. Em 2010, ficaria evidente que houve um surpreendente aumento de participação de outros diversos fundos de investimentos na estrutura acionária da empresa: Poland Fia, Hedging Griffo, M&G e Tarpon. Este último já fazia parte também da estrutura acionária da Hering. Em 2010, a Cremer Holdings deixaria de ser a dona da empresa, passando para o Tarpon o controle.

Uma reportagem no jornal Valor Econômico tentou "traduzir" quem eram esses novos acionistas donos da Cremer, classificando-os como velhos conhecidos do mercado:

> O Poland é o fundo que reúne os investimentos de Luiz Alves Paes de Barros, que está entre os maiores investidores do mercado local (nacional), um dos fundadores da corretora Griffo e tio de José Carlos Magalhães, um dos principais sócios da Tarpon. Essa última, por sua vez, praticamente nasceu dentro da Hedging-Griffo, no início desta década (2000) (DE MINORITÁRIO..., 23/03/2009).

A Tarpon Investimentos passou a deter praticamente um pouco mais que um quarto da companhia. Com a mudança, segundo a mesma reportagem, a soma da participação de diversos fundos que investiam na companhia passou para algo superior a 51%. Portanto, juntos, os fundos passaram a deter mais da metade da empresa e assim passava a Cremer a ser forte candidata a um primeiro caso no mercado brasileiro de uma formação de controle por "minoritários organizados" nas últimas duas décadas. "O último exemplo mais relevante foi a tomada de poder da cervejaria Brahma pelo trio Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Carlos Alberto Sicupira" (DE MINORITÁRIO..., 23/03/2009).

O Tarpon Investimentos saiu da Cremer em 2012, mas foi aí que entrou a Tarpon Gestora de Recursos, detendo 51,5% dos negócios. Gradativamente, a Tarpon Gestora amplia sua fatia até atingir 96% em 2014. Naquele mesmo ano, essa participação foi vendida para Arapaima Participações, uma empresa cujas ações pertenciam a fundos da Tarpon. Nessa operação, foi feita uma Oferta Pública de Ações (OPA), para a Cremer deixar o Novo Mercado[29]. Em poucos meses, a Tarpon já estava com a participação que antes era detida pela Arapaima, tendo, portanto, adquirido a fatia daquela. Tratou-se, como pode ser observado, de uma transação entre os mesmos donos praticamente. Em 2016, um fundo de investimentos, sediado em São Paulo, denominado Tambaqui FIP Multiestratégia, passou a concentrar mais de 94% das ações ON da Cremer, com as quais permaneceu até 2018. Em 2018, foi feito o fechamento do seu capital. O dono, com 91% das ações, passou a ser a Cm Hospitalar S/A, cujo nome fantasia é Mafra Hospitalar, de Ribeirão Preto (SP), com foco no comércio atacadista de medicamentos. Ela pagou R$ 500 milhões pela Cremer[30].

3.1.4. Buettner

A Buettner surgiu em 1898 como uma empresa de bordados finos, em Brusque. A partir dos anos 1990, no caso da Buettner, as empresas que representam as famílias Erbe e Pastor[31], que durante anos foram donas do negócio, estão representadas na estrutura acionária pelo nome ERPA (Tabela 4). Em 2005, a ERPA passa a ser da família Mansour.

[29] Conforme reportagem na revista Exame, o fechamento de capital se deu para que a Tarpon aumentasse o seu capital e assim não seguir as regras do Novo Mercado, que exigiria que 25% das ações estivessem em livre circulação. Ver: https://exame.com/negocios/arapaima-participacoes-passa-a-deter-96-2-da-cremer-pos-opa/.
[30] Ver: https://valor.globo.com/empresas/noticia/2017/11/28/mafra-compra-cremer-por-r-500-milhoes.ghtml.
[31] O sobrenome Buettner não consta nas empresas acionistas. Deve-se ressaltar que Erbe e Pastor fazem referência a pessoas que se casaram com herdeiros da Buettner. Na década de 1920, Heinz Erbe, cunhado de Edgar von Buttner, assumiu a direção técnica da Buettner. E Gotthard Pastor, genro do fundador Edgar von Buettner, assumiu uma das outras diretorias da empresa nos anos 1940.

Tabela 4. Distribuição das ações ordinárias da Buettner (em %)

Acionistas	1998	2000	2005	2008	2010
Família					
Erpa Adm de Bens e Part. S/A	40	95,3	65,28	65,28	65,28
Erpa Corretora de Seguros Ltda	34		33,08	33,08	33,08
Erpa Cons Asse Repres Ltda	8				
Total da família	**82**	**95,3**	**98,36**	**98,36**	**98,36**
Demais acionistas					
Outros	18	4,7	1,64	1,64	1,64
Total	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**

Fonte: Jurgenfeld (2012).

Ao contrário das demais empresas analisadas, na composição de ações ordinárias da Buettner não aparece o capital financeiro. Mas quando se observam as ações totais – o que inclui as ações preferenciais – é possível verificar uma fatia importante de um fundo com sede no exterior chamado Harcus, com mais de 30% das ações totais (Tabela 5).

Tabela 5 – Detentores das ações totais da Buettner (%)

Acionistas	1997	2005	2008	2010
Erpa Adm de Bens e Part. S/A	34	64,38	64,38	64,38
Erpa Corretora de Seguros Ltda	12			
Erpa Cons Asse Repres Ltda	3			
Total da família	**49**	**64,38**	**64,38**	**64,38**
Demais acionistas				
Harcus International Corporation		33,08	33,08	33,08
Outros	51	2,55	2,55	2,55
Total	**100**	**100**	**100**	**100**

Fonte: Jurgenfeld (2012).

Com sede nas Bahamas, esta é a segunda mais importante fatia, só não sendo superior às das empresas que pertencem à família Mansour. Verifica-se, porém, que as empresas da família seguiram ao longo do período com quase 100% das ações ONs.

De acordo com fato relevante enviado à bolsa em 31 de dezembro de 2015, João Henrique Marchewsky, que era presidente da Buettner no período do pedido de recuperação judicial,

adquiriu em abril de 2014, 100% do Capital Social da ERPA, por R$ 1 mil reais, passando a ser o controlador da Buettner. Em 2017, após uma batalha jurídica, a justiça decidiu pela convolação da recuperação judicial em falência. Isso ocorre quando não se cumpre o que está previsto na Lei de recuperação empresarial. Desde 2015, não são mais publicados seus resultados. E houve em 2017 o cancelamento da listagem das ações da empresa em bolsa.

3.1.5. Falência ou recuperação judicial no período de avanço da financeirização

Em meio ao avanço da financeirização nos anos 2000, observou-se que duas das empresas analisadas pediram recuperação judicial em 2012: Teka e Buettner. Ambas preferiram vincular o processo a aspectos negativos dos anos 2000, ainda que também reconhecessem (numa escala visivelmente menor) sua situação financeira frágil há mais tempo, desde os anos 1990, com a abertura da economia brasileira.

Conforme documento da recuperação judicial da Buettner, os motivos para tal atitude foram: (i) redução do faturamento em função da concorrência externa; (ii) dificuldade de adaptação do custo fixo à nova realidade mercadológica; (iii) corrosão do capital próprio em decorrência do acúmulo de resultados econômicos negativos e conseqüente aumento do endividamento e redução da capacidade de pagamento; (iv) impossibilidade de acesso a fontes de financiamento de baixo custo, pela ausência de crédito; e (v) alta do preço do algodão e a crise do setor têxtil[32].

O capital financeiro permeia todos os cinco itens citados. Ora, é o capital financeiro especulativo que levou ao pico de preços históricos da *commodity* algodão. Também é ele que está por trás do novo ambiente de concorrência global. E é pela falta do capital bancário

[32] Ver: PLANO..., 2011.

enquanto emprestador para o setor industrial – como deveria ser sua função, mas deixou de ser ou nunca foi, no caso do Brasil, - que a empresa não tem financiamento.

No caso da Buettner, o poder do voto do capital financeiro nas assembleias que discutiram e votaram sua recuperação judicial foi definitivo para guiar os seus rumos. A própria empresa requisitou sua recuperação judicial em 2012. Alguns credores se posicionaram contrários, sendo estes do mercado financeiro, como a Fundação Celos, que representa recursos da previdência de funcionários da Celesc (empresa estatal de energia de Santa Catarina), e a Previ, fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil. Ao contestarem a recuperação conjuntamente, se tornaram muito fortes e a Buettner teve, ao final, sua falência decretada[33]. Isso foi bem pior para os negócios. Com essa "estratégia da não aprovação" da recuperação e sim de um pedido de falência, esses credores, que possuem garantia real (móveis e equipamentos), almejavam ter seus recursos mais rapidamente recuperados. Em caso de falência, estes possuíam prioridade para receber o que lhes era devido. Para estes, o mais importante era ter assegurado a devolução das suas aplicações como acionistas e a falência (e não a recuperação judicial) era o caminho mais fácil para isso ocorrer.

No caso da Teka, cuja recuperação judicial iniciou em outubro de 2012, também se verificou a grande importância do capital financeiro. A direção da empresa informou como justificativa para a recuperação o fato de que não conseguiu captar em uma operação financeira na Bolsa de Valores os recursos necessários para ter capital de giro. Com um alto volume de dívidas, de R$ 500 milhões, preferiu pedir a recuperação[34].

[33] Ver: https://valor.globo.com/empresas/noticia/2012/03/08/buettner-tenta-reverter-falencia-decretada-em-sc.ghtml.

[34] Ver: https://valor.globo.com/empresas/noticia/2012/10/26/teka-pede-recuperacao-judicial.ghtml e https://valor.globo.com/empresas/noticia/2012/03/09/teka-reestrutura-operacao-para-sair-do-prejuizo.ghtml.

Entre os itens elencados pela empresa como justificativas, constavam os problemas com o capital financeiro: "impossibilidade de acesso a fontes de financiamento de baixo custo e grande dificuldade de acesso a fontes de financiamento de alto custo"[35].

Conclusão

Este artigo analisou quatro grandes empresas do setor têxtil de Blumenau e Brusque. Foi possível observar diferentes trajetórias em torno da financeirização ao longo da primeira década dos anos 2000, com importantes transformações, em alguns casos mais do que em outros, do seu controle acionário.

As empresas Buettner e Teka, que menos tiveram transformações no seu controle acionário, viveram dificuldades financeiras graves e encontram-se em falência e recuperação judicial, respectivamente para se recuperar. Já a Cremer e a Hering praticamente passaram o seu controle para o mercado financeiro. Em anos mais recentes, esses controladores fizeram importantes mudanças, que foram a venda dos seus negócios. As duas empresas tiveram seu capital em bolsa fechado e foram vendidas para empresários de fora da região de Santa Catarina. Em 2018, a Cremer tornou-se parte da Mafra Hospitalar, empresa do interior de SP. Já a Hering passou a ser parte do grupo carioca Soma em 2021.

Referências

BATISTA, P.N. O Consenso de Washington: A visão neoliberal dos problemas latino-americanos, 1994. Disponível em: www.consultapopular.org.br/sites/default/files/consenso%20de%20washington.pdf

BELLUZZO, L.G.M. Prefácio. In: CHESNAIS, F. A finança mundializada. São Paulo: Boitempo, 2005.

[35] Ver: PLANO..., 2013.

BRAGA, J.C.S. Financeirização global: o padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo. In: FIORI, J.L. e TAVARES, M.C. (Orgs.) Poder e dinheiro: uma economia política da globalização. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.
BRANDÃO, C. Território e Desenvolvimento, as múltiplas escalas entre o local e o global. São Paulo: Editora Unicamp, 2007.
CANO, W. Desconcentração produtiva regional do Brasil: 1970-2005. São Paulo: UNESP, 2008.
CANO, W. Desindustrialização e Subdesenvolvimento. Textos para Discussão, Instituto de Economia/Unicamp, 2014, disponível em http://www3.eco.unicamp.br/publicacoes.
CARNEIRO, R. M. Desenvolvimento em Crise: a economia brasileira no último quarto do século XX. Campinas, SP: Editora UNESP, 2002.
CHESNAIS, F. A (1994) A mundialização do capital. São Paulo: Editora Xamã, 1996.
DE MINORITÁRIO a majoritário. Valor Econômico, 23 de março de 2009, s/p.
FILGUEIRAS, L. História do Plano Real. São Paulo: Boitempo, 2000.
HARVEY, D. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.
HAGUENAUER, L. A indústria têxtil. Centro de estudos de relações econômicas internacionais. Núcleo de economia industrial e da tecnologia. Unicamp, 1990.
HERING, M.L.R. Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento. Blumenau: Edição da autora, 1987.
HILFERDING, R. (1910). O capital financeiro. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
HOBSON, J.A. (1908). A Evolução do capitalismo moderno. São Paulo: Nova Cultural, 1993.
JURGENFELD, V. F. Transformações dos Grandes Grupos Têxteis de Blumenau e Brusque após 1970: a financeirização e os novos espaços de acumulação. Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia da Unicamp. Campinas, 2012.
JURGENFELD, V. F. Financeirização e novos espaços de acumulação: um estudo das transformações da Hering após 1960. Revista História Econômica & História de Empresas, vol. 21, n. 2, 2018.
LENIN, V. I. (1917) Imperialismo, estágio superior do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2021.
LINS, H.N. Reestruturação industrial em Santa Catarina: Pequenas e médias empresas têxteis e vestuaristas catarinenses perante os desafios dos anos 90. Florianópolis: Editora da UFSC, 2000.
MACARINI, J.P.; BIASOTO JR, G. A indústria têxtil brasileira. In: Diagnóstico Setorial. Conselho Estadual de Política Industrial, Comercial e Agroindustrial – Coinco. Unicamp – IE, outubro de 1985.
MAGHELI, F. Desverticalização produtiva e relações interfirmas no aglomerado têxtil-vestuarista do Vale do Itajaí. Dissertação de Mestrado. UFSC, Centro Socioeconômico. Pós-gradução em economia. Florianópolis, 2001.

MAMIGONIAN, A. Estudo geográfico das indústrias de Blumenau. Revista Brasileira de Geografia – julho/setembro de 1965.
PLANO de recuperação judicial de Buettner, 2011. Disponível em: http://www.gilsonsgrott.com.br/site/wp-content/uploads/2016/09/Doc-07-Plano-de-Recuperacao-250711.pdf.
PLANO de recuperação judicial da Teka, 2013. Disponível em: http://www.teka.com.br/recuperacao-judicial/.
PROPOSTA da Administração da TEKA 2024. Economática, 30 de abril de 2024.
REVISTA Balanço Anual, Gazeta Mercantil; ano IV, n. 4, 22 de setembro de 1980.
REVISTA Balanço Anual, Gazeta Mercantil; ano IX, n. 9, 31 de julho de 1985.
SAMPAIO JR. P. A. Crônica de uma crise anunciada. São Paulo: SG-Amarante Editorial, 2017.
SEYFERTH, G. A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim: um estudo de desenvolvimento econômico. Brusque: Editora Movimento, 1974.
SIEBERT, C. Indústria e Estado: a reestruturação produtiva e o reordenamento territorial do Médio Vale do Itajaí. Tese de Doutoramento. UFSC, Programa de pós-graduação em Geografia. Florianópolis, 2006.
SOJA, E. (1989). Geografias pós-modernas: A reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
STEINDL, J. (1952). Maturidade e estagnação no capitalismo americano. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
TAVARES, M.C. (1978). Ciclo e Crise: o movimento recente da industrialização brasileira. Campinas: Unicamp/IE, 1998.
TAVARES, M.C. (1974). Acumulação de capital e Industrialização no Brasil. 30 anos de economia. Campinas, SP: Unicamp /IE, 1998.
TAVARES, M.C. A retomada da hegemonia americana norte-americana. In: TAVARES; FIORI (Orgs.) Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização. Vozes, Petrópolis, 1997.
THEIS, I. M.; MATTEDI, M.; TOMIO, F. Nosso passado (in) comum. Blumenau: Furb, 2000.